

informação

em rede

São Paulo, junho de 2003 Ano VII Nº56

Este boletim é publicação mensal da **Ação Educativa** - Assessoria, Pesquisa e Informação

Discussão sobre políticas públicas de jovens ganha fôlego

É raro que os jovens sejam atendidos por políticas públicas que consideram a especificidade da condição juvenil. Não é incomum que sua identidade fique subordinada a outro grupo etário, como no caso das políticas públicas de educação de jovens e adultos ou de proteção à criança e ao adolescente. O enfoque dominante das políticas públicas ainda é aquele que estigmatiza a juventude como vítima da exclusão ou fonte de problemas. Isso começa a mudar, com a emergência de uma perspectiva que valoriza os jovens como sujeitos de direitos e agentes de transformação social.

Câmara cria Comissão

Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude foi instalada na Câmara dos Deputados em 7 de maio último. Sua simples existência revela a importância adquirida pelo tema, pois são apenas cinco as Comissões Especiais que podem ser criadas a cada ano naquela casa legislativa. Há planos, inclusive, de transformá-la em Comissão Permanente. A Comissão, cuja Presidência está a cargo do Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), quer estabelecer um marco legal que assegure os direitos da juventude, e aprovar um Plano Nacional que integre as políticas públicas, estabelecendo diretrizes para a execução de ações, projetos e serviços destinados aos jovens. A Comissão pretende fazê-lo em diálogo com a sociedade civil, ouvindo sobretudo os próprios jovens. Até agora, predominavam na Câmara

os projetos de lei voltados à infância e adolescência, sendo raras as iniciativas direcionadas às necessidades singulares de formação, cultura, esporte, lazer, saúde e emprego da juventude. Esse quadro começou a mudar com a constituição da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, iniciativa dos deputados Reginaldo Lopes e Cláudio Vignatti (PT/SC), responsável por estudos para a elaboração de um Estatuto dos Direitos dos Jovens.

Contatos com a Comissão Especial de Juventude da Câmara podem ser feitos pelo e-mail ana.serejo@camara.gov.br, fone (61) 318-7555, fax (61) 318-2140.

Governo federal ensaia políticas

O Brasil é dos poucos países da América Latina que não tem um órgão nacional dedicado a políticas para a juventude. Nos demais países há institutos ou secretarias nacionais que articulam políticas de educação, saúde, formação profissional e trabalho, cultura, esporte e participação. A expectativa de que o Governo Federal criasse uma secretaria nacional de juventude, a exemplo da mulher e do negro, não se concretizou. Mas há assessores encarregados do assunto na Secretaria Geral da Presidência e na Secretaria Executiva do Ministério da Educação.

Há também políticas voltadas em gestão em diversos ministérios, como o Programa Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho, que incentiva a aprendizagem nas empresas e favorece que jovens de 18 a 24 anos de baixa renda com dificuldade de ingresso no mercado de trabalho tenham acesso à primeira ocupação remunerada.

Grupo técnico faz proposta ao MEC

Um Grupo Técnico liderado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância entregou à Secretaria de Educação Fundamental do MEC uma proposta para garantir direitos a adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda. Formado por instituições de perfis diversos – entidades civis, órgãos públicos, sindicatos, confederações de trabalhadores e sistemas de formação profissional – o Grupo propõe a concessão de bolsas a jovens de 15 a 20 anos que não concluíram o ensino fundamental e cujas famílias têm renda *per capita* de até meio salário mínimo. O objetivo é garantir a permanência na escola até a conclusão do ensino médio, ao mesmo tempo em que se assegura aos jovens oportunidades de acesso à cultura, à saúde, à educação profissional, ao esporte e ao lazer. A viabilidade do programa depende da mobilização de recursos federais e da colaboração dos Estados e Municípios.

O caderno *Adolescência: Escolaridade, Profissionalização e Renda – Propostas de Políticas Públicas para Adolescentes de Baixa Escolaridade e Baixa Renda*, está disponível em www.acaoeducativa.org/Adol.pdf

Um lugar para os jovens na escola

É difícil precisar quando a educação de adultos no Brasil passou a ser percebida também como educação de jovens. Em algum momento, no final do século XX, a presença juvenil na escola noturna concebida para adultos acabou por refletir-se na difusão do termo *educação de jovens e adultos*. A expressão designa também os adolescentes que, após sucessivas reprovações ou abandono dos estudos, procuram no ensino acelerado noturno superar o atraso escolar. A consciência da presença de jovens na modalidade de educação pensada para adultos não representou necessariamente maior sensibilidade para as demandas educativas específicas desse ciclo de vida. É freqüente que a presença de adolescentes e jovens seja vista como um *problema*, à medida que torna ainda mais heterogênea a população atendida e introduz padrões de comportamento diferentes dos convencionais, facilmente rotulados como indisciplina. Alguns educadores projetam a solução do *problema* para fora da educação de adultos, na melhoria da qualidade e na capacidade de inclusão da escola diurna. Uma escola pública inclusiva e de qualidade é o que todos querem, exigindo dos educadores considerar positivamente a diversidade sociocultural dos educandos, respondendo as necessidades de aprendizagem peculiares a cada ciclo de vida. Isso requer que a formação dos educadores contemple uma reflexão informada sobre a identidade, a cultura e a condição juvenil. Assim como a formação dos adultos, a educação dos adolescentes e jovens não cabe nos marcos estreitos da instrução escolar tradicional. Requer uma abordagem integral, em que a aprendizagem significativa e a elevação de escolaridade se articulam à participação social, à formação profissional, acesso aos meios de informação, fruição dos direitos ao esporte, à saúde, ao lazer e à cultura.

Ministro pede derrubada dos vetos ao Plano Nacional de Educação

O Ministro da Educação encaminhou à Casa Civil da Presidência proposta para que o Executivo oriente a bancada no Congresso para a derrubada de sete dos nove vetos interpostos pelo governo anterior à Lei do Plano Nacional de Educação. O objetivo é restaurar no PNE as

metas de ampliação gradativa do investimento público na educação. Segundo a nota técnica do MEC sobre o tema, a derrubada dos vetos permitirá um aumento de recursos de mais de R\$ 25 bilhões nos próximos quatro anos - cerca de R\$ 6,3 bilhões por ano, ou 0,6% do PIB.

MEC coloca Plano Plurianual em debate

Entre maio e junho o Ministério da Educação convocou várias audiências públicas para debater a proposta setorial para o Plano Plurianual 2004/2007. O PPA é um importante instrumento de política pública, pois orienta os orçamentos anuais elaborados pelo Ministério do Planejamento. A versão preliminar do documento do MEC, contendo Orientações Estratégicas e Programas Estruturantes, formula 13 objetivos setoriais, aos quais correspondem 12 programas. Os objetivos setoriais que afetam mais diretamente a educação de jovens e adultos são a eliminação do analfabetismo, a universalização do ensino básico e a "transformação do Brasil em uma escola aberta de cidadania"; o primeiro corresponde ao programa Brasil Alfabetizado (coordenado pela Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo), o segundo corresponde ao programa Brasil Escolarizado (coordenado pela Secretaria de Educação Fundamental) e o terceiro ao programa Escola Aberta e Cidadã (coordenado pela Secretaria de Educação a Distância). Sindicatos de trabalhadores da educação, associações técnico-científi-

cas, organizações não governamentais e fóruns inter-institucionais participaram das audiências, debatendo com os Secretários e o Ministro as propostas do governo. A disposição para o diálogo foi elogiada por todos como uma saudável prática democrática que distingue o atual governo do anterior. Houve convergência também em torno da meta de universalização da educação básica, ainda que alguns movimentos tenham lamentado a falta de uma meta setorial relacionada à equidade educativa, em torno da qual se desenvolvam políticas em favor dos portadores de deficiências e de compensação de desigualdades regionais, campo / cidade, étnico raciais, de gênero, geração ou classe social. A maioria das entidades criticou a imprecisão das metas relativas ao financiamento da educação. A principal divergência expressou-se no debate da educação infantil, para a qual o MEC propõe conceder bolsas de modo que as mães cuidem de seus filhos em casa, enquanto especialistas e organizações da sociedade civil propõem avançar na garantia do direito da criança receber cuidados e desenvolver-se em creches.

Erramos: Em carta em que a Coordenação do Programa Alfabetização Solidária se queixa por não ter sido consultada sobre a matéria de capa da edição de abril, o responsável pela Comunicação do PAS esclarece que o Tribunal de Contas da União não indicou a aplicação, pelo Ministério da Educação, de R\$ 490 milhões no Programa no ano de 2002. Segundo Carlos Rydlewsky, "tomou-se o Programa de Educação de Jovens e Adultos pelo Alfabetização Solidária, mas são coisas distintas". A quantia mencionada na matéria representa "o total de recursos existentes em 2002 para o financiamento de todas as ações educacionais para jovens e adultos no Brasil, o que inclui projetos de municípios e de organizações da sociedade civil".

Revisão da educação de adultos seis anos depois da V CONFINTEA

A Revisão Intermediária dos compromissos firmados em 1997 na V Conferência Internacional de Educação de Adultos acontecerá em Bangcoc, Tailândia, de 6 a 11 de setembro de 2003. Os países signatários da Declaração de Hamburgo e da Agenda para o Futuro aprovadas na V Confinteia comprometeram-se a assegurar o direito de todos à educação básica, dentro e fora das escolas e por toda a vida.

A Revisão tem seis objetivos: confirmar a responsabilidade dos países e agências internacionais, checando a materialização dos compromissos em leis, políticas e financiamentos; rever o desenvolvimento da educação de adultos nos últimos seis anos, identificando novas tendências e desafios; inventariar e reativar redes existentes e emergentes, criando sinergias entre elas; avaliar o papel da sociedade civil e sua interação com governos e

agências internacionais; articular a agenda da Confinteia com a iniciativa de Educação para Todos e a Década de Alfabetização das Nações Unidas; preparar o mecanismo de avaliação e informação nacional para a Confinteia VI, fixando objetivos concretos para 2009. Governos, redes de organizações civis e agências multilaterais preparam informes sobre suas áreas de atividade e responsabilidade. O Instituto para a Educação da Unesco (UIE) coordena o processo.

Teses em defesa

Orientado por Leôncio José Gomes Soares, Charles Moreira Cunha (charlescunha@hotmail.com) defendeu, na Universidade Federal de Minas Gerais, a dissertação de mestrado *O trabalho docente em equipe: tramias, processos vivenciados e significados atribuídos. A experiência do Projeto de Educação de Jovens e Adultos*. O estudo versa sobre a equipe docente do Projeto de Educação de Jovens e Adultos (PET), que se desenvolve em Belo Horizonte desde 1995, analisando o processo de trabalho coletivo e os significados a ele atribuídos pela equipe. Apresenta também o cotidiano do projeto, os

sujeitos, as condições de trabalho dos professores, seus desafios, conquistas e relações solidárias.

Repensando o ensino regular noturno como escola pública para trabalhadores: o caminho de Angra dos Reis, é o título da dissertação de mestrado que Ênio José Serra dos Santos (enioserra@olinto.com.br) defendeu na Universidade Federal Fluminense, sob orientação de Giovanni Semeraro e Osmar Fávero. O trabalho analisa a implementação de uma proposta curricular inovadora – fundamentada na pedagogia freiriana – para o ensino fundamental regular noturno da rede municipal de

Angra dos Reis. O estudo também examinou os sentidos que profissionais do ensino, alunos e dirigentes envolvidos no processo atribuíram às experiências vividas.

Elionaldo Fernandes Julião (juliao@uerj.br) defendeu na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro a *dissertação Política Pública de Educação Penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro*, com orientação de Rosália Duarte. O trabalho recorreu à análise documental e relatos orais para compreender o papel que a educação escolar desempenha no sistema penitenciário, descrevendo e analisando as relações entre escolarização e “ressocialização”.

Agenda dos Fóruns

De 9 a 11 de julho o Fórum de **São Paulo** realiza em Ribeirão Preto o 3º Encontro Estadual, com o tema “Educação ao longo da vida: perspectivas para a Década da Alfabetização”, abordado por Celso Beisiegel e Elie Ghanem (USP), Mariana Varella (Unesco), José Marcelino de Rezende (Inep), Vera Barreto (Veredas), Salete Camba (Instituto Paulo Freire), Vera Masagão e Cláudia Vóvio (Ação Educativa). Informações pelo e-mail aja.secedu@ribeiraopreto.sp.gov.br ou fone (16) 3977-9128.

O Fórum de **Goiás** se reúne em 17 de julho na Faculdade de Educação da UFGO, para escolha dos delegados ao V ENEJA. Contato: e-mail mmm2@zaz.com.br ou fone (62) 202-2319. O fórum do **Espírito Santo** se encontra dia 25 de julho. Contato: e-mail lucillo@zipmail.com.br ou fone (27) 3335-7764. O Grupo de Trabalho Pró Alfabetização do **Distrito Federal** realizou seu X Encontro em 24 de maio, com a participação de 473 representantes de 71 organizações e movimentos sociais, com o objetivo

de viabilizar o Programa Brasil Alfabetizado. As autoridades presentes – Gilberto R. Lacerda (GTPA/DF), Angela Barreto (Unesco), Jeanete Beauchamp (SEEA/MEC), a Secretária de Educação Maristela Neves, o Senador Eurípedes Camargo, a Deputada Distrital Arlete Sampaio, o diretor da Faculdade de Educação da UNB Erasto Fortes Mendonça, Jane Paiva (Fórum EJA/RJ) – comprometeram-se a tornar o Distrito Federal a primeira unidade federada livre do analfabetismo. Contato: e-mail gtpadfb@bol.com.br ou fones (61) 348-8449 ou 361-2939.

Experiência

Camaragibe desenvolve projetos de formação de jovens

A Prefeitura de Camaragibe, em Pernambuco, é um dos municípios brasileiros que confere às políticas voltadas às crianças, adolescentes e jovens de baixa renda uma abordagem integral. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico implementa o Programa de Atendimento à Criança e ao/à Adolescente, composto por dez projetos que atendem desde o nascimento até a maioridade legal.

Quando o assunto é a juventude, destacam-se dois projetos de formação. O *Projeto Agente Jovem* é fruto de uma parceria do Município com o Ministério da Assistência Social, no âmbito das

ações preventivas do Plano Nacional de Segurança Pública. Proporciona formação a 175 jovens de 15 a 17 anos em sete comunidades de Camaragibe. Durante um ano, os jovens recebem uma bolsa mensal de R\$ 60,00, além de formação cultural e ambiental, que os capacita a atuar como agentes multiplicadores nas suas comunidades.

O *Projeto Jovem Aprendiz*, desenvolvido em parceria com o SEBRAE, a Caixa Econômica Federal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Associação dos Micro empresários de Camaragibe, proporcionou a 20 jovens entre

16 e 21 anos formação para o empreendedorismo. Em fase de conclusão do projeto, os jovens articulam a apresentação de propostas para abertura de novos negócios no Município, que serão avaliados pela Caixa Econômica Federal com vistas a um possível financiamento. Dos 20 jovens, seis já foram contratados pelas micro-empresas onde estagiaram.

Contato: Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico -

Rua Damião Pedro da Cruz, 23 - Timbi -

Cep: 54765-290 - Camaragibe - PE

Fones: (81) 3458-2974 e 3484-9697

Fone/Fax: (81) 3458-2686

E-mail: sedese@camaragibe.pe.gov.br

Anote

2 de julho, 14h, no Sesc Vila Mariana de São Paulo o Ministro Cristovam Buarque abre diálogo com a sociedade civil sobre o Programa Brasil Alfabetizado.

Convites com a Cives:

e-mail cives@cives.org.br

ou fone (11) 5081-4682.

3 a 5 de julho acontece o

III Encontro Nacional de Especialistas em Educação, em Peruíbe (SP).

Informações pelo e-mail

cnte@cnte.org.br

ou fone (61) 225-1003.

7 a 25 de julho o CREFAL realiza no México o curso Alfabetização

como Processo de Cidadania.

Informações: www.crefal.edu.mx,

e-mail academi@crefal.edu.mx

ou fone (01 434) 342-8131.

20 a 21 de julho acontece o 2º Seminário Internacional de Educação "Construindo a Escola Viva", em Campinas (SP).

Informações:

www.pmc.sp.gov.br/smenet.

22 a 25 de julho acontece em

Campinas (SP) o VI Seminário de Educação de Jovens e Adultos:

Alfabetização como ação política e cultural, dentro do 14º Congresso de Leitura do Brasil. Informações:

www.alb.com.br, cole.alb@uol.com.br ou fone (19) 3289-4166.

28 a 30 de julho se realiza em Lins o I Fórum Regional de Educação Popular do Oeste Paulista com o tema "A Educação de Jovens e Adultos e a Transformação do País: experiências e desafios".

Informações: frepop@linsnet.br, fone (14) 3523-5590.

30 de julho a 1º de agosto acontece em Araçatuba (SP) o VI Simpósio Nacional do Ensino Fundamental "A qualidade da Educação: Desafios e Compromissos".

Inscrições a R\$ 60,00 até 23/07,

e-mail gruhbas@uol.com.br,

fone (13) 3271-9669.

Leia

Publicado pela Unesco, o livro *Alfabetização como Liberdade* reúne documentos sobre a Década das Nações Unidas para a Alfabetização 2003-2012. Pode ser encontrado no site <http://www.unesco.org.br/publica/index.html>. Exemplos impressos são distribuídos apenas a instituições. Solicitações pelo e-mail uhbrz@unesco.org.br ou fax (61) 322-4261.

O livro *Juventudes e Cidades Educadoras*, de Paulo César Carrano, mostra como as cidades apresentam contextos e dinâmicas sociais geradoras de aprendizagens significativas que podem e devem interagir com as práticas institucionais escolares. Custa R\$ 22,00 e pode ser adquirido junto à Editora Vozes pelo e-mail vendas@vozes.com.br ou fone (24) 2233-9000.

Este boletim é publicação mensal da Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação.

Apoio: ICCO (Holanda)
EED (Alemanha)

Edição de texto: Maria Clara Di Pierro
Carina Lucindo

Projeto gráfico: SM&A Design

Tiragem: 3.500 exemplares



Ação Educativa

Rua General Jardim, 660
01223-010 São Paulo SP Brasil
T e F: 11 3151 2333
acaoeduc@acaoeducativa.org
www.acaoeducativa.org